

RECURSO ESPECIAL Nº 1.791.137 - SP (2019/0005444-8)

RECORRENTE : MARCOS SANTOS DA COSTA
ADVOGADOS : HUGO GONÇALVES DIAS - SP194212
FERNANDO GONCALVES DIAS - SP286841
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por MARCOS SANTOS DA COSTA, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO, assim ementado (fls. 248-249):

PROCESSUAL CIVIL. SENTENÇA ULTRA PETITA. INOVAÇÃO EM SEDE RECURSAL. PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. RUÍDO. HIDROCARBONETOS. APOSENTADORIA ESPECIAL. CONVERSÃO DE ATIVIDADE COMUM EM ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. TUTELA ESPECÍFICA. REMESSA OFICIAL. NÃO CONHECIMENTO.

I- Caracterizada a hipótese de julgado ultra petita, deve o Juízo ad quem restringir a sentença aos limites do pedido, por força dos arts. 141, 282 e 492 do CPC/2015.

II- Conforme dispõe o artigo 141 do CPC/15, o juiz decidirá a lide nos limites em que foi proposta. Igualmente, o artigo 492 do mesmo diploma legal trata da correlação entre o pedido e a sentença. Dessa forma, não se conhece de parte da apelação do autor, no tocante ao pedido de aposentadoria por tempo de contribuição, por ser defeso inovar o pleito em sede recursal.

III- Em se tratando do agente nocivo ruído, a atividade deve ser considerada especial se exposta a ruídos acima de 80 dB, nos termos do Decreto nº 53.831/64. No entanto, após 5/3/97, o limite foi elevado para 90 dB, conforme Decreto nº 2.172. A partir de 19/11/03 o referido limite foi reduzido para 85 dB, nos termos do Decreto nº 4.882/03.

IV- A documentação apresentada permite o reconhecimento da atividade especial nos períodos pleiteados.

V- Não merece prosperar o pedido de conversão de atividade comum em especial, tendo em vista que o requerimento de aposentadoria especial deu-se na vigência da Lei nº 9.032, de 28/4/95, que inseriu o §5º ao art. 57 da Lei nº 8.213/91, suprimindo a possibilidade de tal conversão.

VI- Com relação à aposentadoria especial, não houve o cumprimento dos requisitos previstos no art. 57 da Lei nº 8.213/91.

VII- Com relação aos honorários advocatícios, os mesmos devem ser fixados nos termos do art. 21, caput, do CPC/73, tendo em vista que ambas as partes foram simultaneamente vencedoras e vencidas.

VIII- A tutela específica, nos casos de natureza previdenciária, tem por escopo a proteção de direitos fundamentais relevantes do segurado, de maior importância que a defesa de interesses de caráter econômico. In casu, encontrava-se presente a verossimilhança das alegações, tendo em vista a prolação de sentença que reconheceu o caráter especial das atividades exercidas nos períodos pleiteados.

IX- O valor da condenação não excede a 1.000 (um mil) salários

mínimos, motivo pelo qual a R. sentença não está sujeita ao duplo grau obrigatório.

X- Sentença que se restringe aos limites do pedido ex officio. Apelação do autor parcialmente conhecida e improvida. Apelação do INSS improvida. Remessa oficial não conhecida.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos.

No presente recurso especial (fls. 282-293), o recorrente defende, inicialmente, contrariedade ao art. 1.022 do CPC ao argumento de que, mesmo ante a interposição de embargos de declaração, o tribunal *a quo* teria deixado de apreciar os arts. 699, I e 669, § 1º, ambos da Instrução Normativa INSS/PRES n. 77, de 21 de janeiro de 2015.

Aponta, ainda, a violação dos arts. 699, I e 669, § 1º, ambos da Instrução Normativa INSS/PRES n. 77, de 21 de janeiro de 2015.

Sustenta, em síntese, que a decisão do tribunal *a quo* contrariou os mencionados dispositivos, uma vez que reformou a sentença para deixar de reconhecer a aposentadoria por tempo de contribuição, ao fundamento de que fora pleiteado na inicial tão somente a aposentadoria por tempo de contribuição especial. Defende, por conseguinte, que a aposentadoria por tempo de contribuição integral e a aposentadoria por tempo de contribuição especial são benefícios do mesmo grupo, devendo ser concedido um destes benefícios, quando preenchidos os requisitos.

Sem a apresentação de contrarrazões, o recurso especial foi admitido pela origem.

É o relatório. Decido.

Em relação à indicada violação do art. 1.022, II, do CPC/2015, não se vislumbra a alegada omissão da questão jurídica apresentada pelo recorrente, qual seja, de que o fato de ter pedido aposentadoria por tempo de contribuição especial não lhe retiraria a possibilidade de concessão da prestação gênero - aposentadoria por tempo de contribuição -, tendo o julgador abordado a questão à fl. 239, consignando que é dever do juízo decidir a lide nos limites propostos pelas partes, devendo, assim, haver observância ao pedido formulado desde a exordial, o qual se restringiu à concessão do benefício aposentadoria especial.

Nesse panorama, a oposição dos embargos declaratórios caracterizou, tão somente, a irresignação do embargante diante de decisão contrária a seus interesses, o que não viabiliza o referido recurso.

Descaracterizada a alegada omissão, tem-se de rigor o afastamento da suposta violação do art. 1.022, II, do CPC/2015, conforme pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. SERVIDOR

PÚBLICO FEDERAL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. INOCORRÊNCIA. BENEFÍCIO DE GRATUITA DA JUSTIÇA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE DE ARCAR COM AS CUSTAS DO PROCESSO. MULTA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. ART. 4º, §1º, DA LEI 1.060/50. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não havendo no acórdão recorrido omissão, obscuridade ou contradição, não fica caracterizada ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015.

2. O reexame de matéria de prova é inviável em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ).

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.625.513/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 2/2/2017, DJe 8/2/2017).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CPC/2015. REDISSCUSSÃO DE QUESTÕES DECIDIDAS. IMPOSSIBILIDADE. INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. ERRO GROSSEIRO.

1. De acordo com a norma prevista no art. 1.022 do CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição ou omissão da decisão recorrida.

2. No caso, não se verifica a existência de quaisquer das deficiências em questão, pois o acórdão embargado enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no recurso.

3. Configura erro grosseiro a interposição de agravo regimental em face de decisão colegiada, de modo que não é cabível a aplicação do princípio da fungibilidade recursal para conhecer do recurso como embargos de declaração.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no AgRg no REsp 958.813/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 2/2/2017, DJe 13/2/2017).

Quanto a questão de fundo, tenho que não assiste razão ao recorrente.

Tendo-se em vista que a competência do Superior Tribunal de Justiça, na via do recurso especial, encontra-se vinculada à interpretação e à uniformização do direito infraconstitucional federal - lei federal ou tratado -, impõe-se a correta indicação dos dispositivos legais federais supostamente contrariados pelo Tribunal *a quo*, bem como a delimitação da violação da matéria insculpida nos regramentos indicados.

Sendo assim, resta inviabilizada a análise levantada no recurso especial em relação à alegada ofensa dos artigos 699, I e 669, § 1º, ambos da Instrução Normativa INSS/PRES n. 77/2015, porquanto não ser possível, pela via do recurso especial, a análise de normas infralegais, tais como convênios, resoluções, portarias, regimentos internos, regulamentos, instruções normativas, etc, uma vez que não se enquadram no conceito de lei federal ou tratado.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ não conheço do recurso especial

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de março de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

